

## Gestão de línguas em uma igreja da região de fronteira Brasil - Paraguai: um estudo sob a ótica da política linguística

Gestión lingüística en una iglesia de la región fronteriza Brasil – Paraguay:  
un estudio desde la perspectiva de la política lingüística

**Isis Ribeiro Berger**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**Otoniel Cícero da Silva**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**Resumo:** Este artigo tem como tema a gestão das línguas em uma igreja da região de fronteira Brasil – Paraguai e foi realizada sob a ótica das Políticas Linguísticas. Trata-se de uma pesquisa inédita cujo objetivo foi analisar e descrever como as lideranças da comunidade religiosa gerem as línguas guarani, castelhano e português nas diversas áreas da congregação. Em relação à metodologia, a pesquisa de abordagem qualitativa foi realizada em campo, em que adotamos como procedimentos a observação e levantamentos em campo para geração de dados, por meio do uso de questionários mistos entre os sujeitos. Os resultados sugerem aprofundamento qualitativo através de uma pesquisa mais ampla com o objetivo de incentivar planejamento e práticas linguísticas para preservação do guarani, sem subestimar a posição da língua *jopará* como uma terceira língua no Paraguai, bem como refletir sobre estratégias de uso do castelhano e do português como línguas de integração no contexto da fronteira.

**Palavras-chave:** Gestão de línguas; Políticas linguísticas; Igreja; Fronteira

**Resumen:** Este artículo tiene como tema la gestión de lenguas en una iglesia de la región fronteriza Brasil-Paraguay y fue realizado desde la perspectiva de las Políticas Lingüísticas. Se trata de una investigación inédita cuyo objetivo fue analizar y describir cómo los líderes de la comunidad religiosa manejan las lenguas guaraní, castellano y portugués en los diversos ámbitos de la congregación. En cuanto a la metodología, la investigación, con enfoque cualitativo, fue realizada en campo, en la que adoptamos la observación y las encuestas de campo como procedimientos para generar datos, mediante el uso de cuestionarios mixtos entre los sujetos. Los resultados sugieren una profundización cualitativa a través de una investigación más amplia con el objetivo de incentivar la planificación y las prácticas lingüísticas para la preservación del guaraní, sin menospreciar la posición de la lengua *jopará* como tercera lengua en Paraguay, así como reflexionar sobre estrategias para el uso del castellano y del portugués como lenguas de integración en el contexto fronterizo.

Palabras claves: Gestión de lenguas; Políticas lingüísticas; Iglesia; Frontera

## Considerações iniciais

Regiões de fronteiras nacionais desvelam fenômenos de diversas ordens que vem sendo estudados pela perspectiva de várias áreas do saber acadêmico, avolumando-se aquelas no âmbito das Ciências Sociais e Humanidades. Em face de aspectos políticos, geográficos, sociais, culturais, linguísticos e educacionais que incidem sobre esses fenômenos, olhares interdisciplinares propiciam compreender as múltiplas faces das relações dos sujeitos com esse espaço geográfico em que emergem realidades muito peculiares.

Este artigo tematiza a gestão de línguas em uma igreja situada na região de fronteira Brasil -Paraguai. Trata-se de compreender as formas de gerir a pluralidade de línguas que se verifica em um domínio determinado nesse contexto de fronteira (Spolsky, 2009), em que as línguas oficiais de ambos os países (nomeadamente a língua portuguesa, o castelhano e o guarani<sup>1</sup>) são acionadas no cotidiano, como também práticas linguísticas próprias da fronteira que derivam dos movimentos circulares dos sujeitos pelas bordas dos Estados e que fluem de modo dinâmico nas interações.

Conforme Spolsky (2009, p.32, tradução nossa), “Do ponto de vista da gestão de línguas, a instituição religiosa é a primeira estrutura social fora da família que visa influenciar os usos das línguas.”<sup>2</sup>. Partindo desse pressuposto, e considerando a escassez de estudos no Brasil em políticas linguísticas nesse domínio, salvo aqueles voltados às políticas linguísticas da Igreja no período colonial (Freire; Rosa, 2003), direcionamos nosso olhar para uma igreja evangélica na fronteira buscando descrever e analisar como os sujeitos que exercem funções de liderança nesse espaço de culto gerem as línguas em contato nas diversas áreas de atividades eclesiais. Para tanto, consideramos entre outros aspectos, o conhecimento que possuem sobre as línguas em uso e a percepção que possuem sobre os efeitos das suas escolhas linguísticas frente à comunidade.

A igreja campo de pesquisa está situada em uma área urbana de baixa renda, no departamento de *Hernandarias*, no Paraguai, país oficialmente bilíngue, conforme declara a *Ley de Lenguas* no. 4251 (Paraguay, 2010). Trata-se de uma igreja de missão, de origem brasileira, em que frequentam aproximadamente 150 pessoas, sendo a maioria delas de nacionalidade paraguaia. O perfil da comunidade religiosa de modo geral se caracteriza pela presença de indivíduos em sua maioria bi- ou plurilíngues, nas línguas em circulação no país e na fronteira. Conforme expomos na Figura 1, a instituição religiosa está a 20 km de Foz do Iguaçu, Brasil, do que podemos inferir que a proximidade entre os países é um fator de intensificação dos intercâmbios linguísticos-culturais que se dão nesse espaço.

<sup>1</sup> Nomeamos aqui as línguas tais quais são apresentadas nos atos normativos dos Estados: a língua portuguesa, como língua oficial do Estado Brasileiro, conforme a Constituição de 1988, e o castelhano e o guarani como línguas oficiais do Estado Paraguai, conforme a *Ley de Lenguas*, no. 4251, de 2010.

<sup>2</sup> No original: “From the point of view of language management, the religious institution is the first social structure outside the family that aims to influence language use.”

Figura 1 – Localização do campo de pesquisa



Fonte: Google Maps (print de tela)

Essa é uma região notadamente multilíngue em que residem não somente falantes das línguas oficiais dos países vizinhos e línguas próprias dos intercâmbios e fluxos fronteiriços (a exemplo do *portunhol*), como também comunidades indígenas originárias e de imigrantes e seus descendentes advindos de diversas partes do mundo, como efeito de diferentes movimentos migratórios para a região.

Em uma primeira aproximação, observamos que os vários membros da igreja partilham de uma comunicação contínua nas atividades eclesiais nas línguas castelhano, guarani e português, como também em *jopará*, fato esse que despertou o interesse por compreender o fenômeno da gestão de línguas nesse espaço. Também, diante dessa pluralidade de línguas, um elemento importante que foi crucial para a delimitação dessa pesquisa é o fato de que a liderança principal dessa comunidade religiosa, situada no Paraguai, é de nacionalidade brasileira e têm como primeira língua, declarada, o português.

Concernente à metodologia, trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa e se caracterizou como pesquisa de campo, cujos procedimentos metodológicos de geração de dados foram a aplicação de questionários mistos aos sujeitos e a observação em campo. Destacamos, ainda, que, diante do fato de um dos pesquisadores, em particular, possuir uma vivência entre membros dessa comunidade religiosa, podemos caracterizar um dos procedimentos como observação-participante, ou seja, aquela em que o pesquisador se integra a dada comunidade a fim de acompanhar o cotidiano das ações, de modo a compreender os significados que os sujeitos conferem às suas práticas (Ludke; André, 1986; Gil, 2011).

Nesse contexto, observam-se, cotidianamente, fenômenos que emergem das relações de poder entre os falantes das línguas, do peso atribuído às línguas socialmente, bem como de questões relacionadas diretamente às compreensões sobre a fronteira. Nesse sentido, podemos ampliar os significados do termo para além das fronteiras físicas, das fronteiras geográficas entre os Estados, valendo-nos compreender que também fronteiras culturais e linguísticas são construídas no campo das relações e podem ser objeto das investigações em políticas linguísticas (Day, 2013; Berger, 2015).

A título de exemplo, trazemos à memória uma notícia que acompanhamos enquanto procedíamos à geração de dados dessa pesquisa, no ano de 2021. Foi o caso de uma empresária brasileira, residente no Paraguai há mais de 20 anos, que proibiu seus funcionários paraguaios de falarem a língua guarani (um dos idiomas oficiais do País) nos ambientes de sua empresa em *Curuguaty*, exigindo-lhes que falassem somente português ou castelhano. O fato teve repercussão internacional, uma vez que a ação infringia a legislação e a política linguística do país, feria direitos linguísticos e, como há de se supor, desvelava uma atitude linguística desfavorável em relação aos falantes de guarani. A atitude foi intensamente repudiada no país e o caso se mostrou como uma evidência da relevância de investigações sobre gestão de línguas em outros domínios da vida pública.

Em face do exposto, no que tange à organização desse texto, inicialmente apresentaremos aspectos teóricos da pesquisa que se fundamenta em pressupostos e em pesquisas do campo das Políticas Linguísticas (Calvet, 2007; Spolsky, 2009; Lagares, 2018, entre outros). Na sequência, discorreremos mais detalhadamente sobre a metodologia desenvolvida, bem como sobre o Paraguai e suas línguas, uma vez que o campo de pesquisa se insere nesse espaço geográfico. Posteriormente, passamos à apresentação, análise e discussão dos dados.

## **Percurso teórico: Pressupostos sobre a gestão de línguas**

A Política Linguística, enquanto área do saber acadêmico, abarca múltiplas possibilidades de investigação, haja vista o caráter multifacetado dos fenômenos relativos às decisões sobre as línguas em diversos contextos. Nosso olhar se volta para a relação entre língua, sociedade e fronteiras, interessando-nos, precisamente, a forma como diferentes agentes gerem os usos de diferentes línguas em uma esfera específica da vida social.

Estar na fronteira nos propicia vivenciar tensões que derivam da demarcação dos espaços por meio de um conjunto de mecanismos que operam na (re) produção de pertencimento a determinadas nacionalidades e, por conseguinte, à ideia de identidades coletivas. Os sentidos construídos cotidianamente sobre ser brasileiro ou ser paraguaio, por exemplo, são alicerçados em grande medida na ideia de uma cultura nacional, em que as línguas oficiais dos Estados desempenham um papel de extrema relevância. Conforme Bourdieu (2008, p.31-32): “nos limites territoriais desta unidade, esta língua é a que se impõe a todos os que pertencem àquela jurisdição como a única língua legítima, e de maneira tanto mais imperativa quanto mais oficial [...] for a circunstância.”

A determinação desse lugar social para as línguas – o de língua oficial – se caracteriza como um gesto claro de política linguística, em que agentes da esfera governamental e partícipes exercem autoridade para decidir e implementar suas escolhas sobre as línguas, suas formas e seus usos entre dada coletividade. Lagares (2018) explica que há muitas formas de gerir a pluralidade de línguas em um mesmo Estado e uma delas é levar as línguas a cumprir diferentes funções sociais, como a de língua oficial. Em suas palavras, “a oficialização tem um caráter fortemente simbólico, de reconhecimento e identificação.” (Lagares, 2018, p. 62).

Podemos afirmar que a demarcação política desse lugar é também um modo de produzir fronteiras entre línguas e entre os sujeitos, pois as línguas contribuem para a (re) produção de identidades coletivas e, como efeito, também da produção de diferenças. Cabem aqui as palavras de Raffestin (1993, p.97), quando afirma que “A língua, é sem nenhuma dúvida, um dos mais poderosos meios de identidade de que dispõe uma população. Por essa razão ela ocupa um lugar tão fundamental na cultura e é, por sim mesma, um dos recursos que pode dar origem a múltiplos conflitos.”.

Esse tipo de política consolida um conjunto de saberes sobre as línguas faladas em determinado território, criando um mercado linguístico (Bourdieu, 2008) cuja língua oficial possui maior peso e legitimidade frente às demais línguas e práticas linguísticas cotidianas. A relação dos indivíduos com essa língua, por conseguinte, passa também pelo juízo de valor a ela fortemente atribuído e à noção de pertencimento à determinada nação. E é a partir dessa lógica que se fundamentam discursos como ‘brasileiro fala português’, ‘argentino fala espanhol’, etc. Trata-se da equação ‘uma nação = uma língua’ que constitui a cultura linguística existente na formação dos Estados Nacionais tradicionais e que, até hoje, em pleno século XXI, encontra ecos no senso comum.

No caso do Paraguai, território onde se situa nosso campo de pesquisa, trata-se de um país oficialmente bilíngue em uma língua que advém da colonização espanhola e de outra de origem indígena, herdada de povos que ali habitavam antes da chegada dos europeus. Já o Brasil, país de origem dos pesquisadores, considera como oficial em todo o território nacional, a língua portuguesa<sup>3</sup>. Embora ambos os países sejam, em essência, multilíngues e pluriculturais, a oficialidade das línguas na escala territorial-nacional recai sobre as línguas mencionadas. Esse fato faz com que essa região fronteira seja particularmente interessante do ponto de vista sociolinguístico, uma vez que dois enquadres político-linguísticos distintos se encontram nesse espaço geográfico.

Mas, o fato é que, como afirma Calvet (2007, p. 81), “[...] não há necessariamente coincidência entre uma língua e as fronteiras de um Estado.”. Fato esse que fica evidente quando mudamos de lentes e verificamos o multilinguismo existente no miolo da maioria dos Estados, assim como quando observamos e vivenciamos os fluxos e movimentos circulares pelas fronteiras nacionais. Pessoas mudam de lugar, línguas mudam de lugar e, para mais além, os falantes não fixam limites nas práticas linguísticas cotidianas, pois, consoante as palavras de Day (2013, p. 166), “[...] as palavras, bem como as pessoas e as coisas, vão e vem, tanto em função dos intercâmbios fronteiriços e sub-regionais quanto pela diferença entre as fronteiras nacionais e os limites étnicos, culturais ou linguísticos, dando origem a fenômenos diversos [...]”.

Nesse sentido recorreremos ao que Calvet (2007) denomina *gestão in vivo*. Ou seja, diferentemente da fixação de um lugar determinado para uma língua determinada, por meio de leis linguísticas, por exemplo, os sujeitos, através de seus usos linguísticos fluidos e dinâmicos, próprios do ir e vir pelas fronteiras, gerem as línguas no cotidiano, moldando suas práticas, com base em suas noções de adequação sociolinguística (Lagares, 2018).

3 Importante ressaltar que reconhecemos a legislação sobre a Libras (Língua Brasileira de Sinais), como língua oficial da comunidade surda no território brasileiro, bem como a existência de mais de vinte municípios que cooficializaram línguas autóctones ou alóctones ao lado do português. Destacamos, no entanto, que a função social de ‘língua oficial’ em todo o território nacional do país é voltada à língua portuguesa.

Dito isso, compreendemos a gestão de línguas como um fenômeno social multifacetado, que envolve variados agentes que tomam decisões sobre as línguas, em diferentes contextos, intervindo nas relações das pessoas com suas línguas (Berger, 2015). Nessa acepção, a gestão das línguas, juntamente com outros elementos como os valores atribuídos às línguas e as práticas linguísticas, evidencia uma política linguística (Spolsky, 2009).

A partir de pesquisas e modelos teóricos que consolidam o campo das políticas linguísticas na atualidade, Souza e Roca (2015) explicitam que as decisões sobre as línguas podem ser declaradas, praticadas ou percebidas em diferenciados domínios e que, também, contemplam agentes que não se restringem à esfera governamental. As autoras pontuam que sua compreensão de política linguística “[...] vai além da ideia de que esse campo de atividade está restrito a ações intervencionistas empreendidas por governos [...] ela é realizada em outros domínios tais como escola, igreja, local de trabalho, assim como se realiza nas tradições vernáculas comunitárias” (Souza; Roca, 2015, p. 7, grifo nosso).

Ao voltamos o olhar para o domínio das instituições religiosas como *locus* profícuo para análise de políticas linguísticas, podemos trazer à baila dois exemplos. O primeiro deles se direciona ao período colonial sul-americano, em que destacamos o papel das missões jesuíticas na escolha consciente pelas línguas gerais, como língua veicular para o exercício da catequese. Essas línguas podem ser compreendidas como “[...] línguas autóctones inicialmente escolhidas pela administração e pela Igreja como veículo supra-regional de contato entre as diversas populações coloniais.” (Altman, 2003, p. 58). Quanto ao segundo exemplo, destacamos as ações de comunidades de imigrantes de origem germânica no Brasil, que começaram a chegar ao país a partir do século XIX. Esses grupos tinham nas suas instituições religiosas um espaço não somente de culto, mas de preservação de suas línguas e tradições, realizando escolhas conscientes sobre medidas a serem tomadas para sua aquisição entre os recém-chegados e descendentes. Conforme Dreher (1984, p.84):

A fim de manter a ligação com a Alemanha, ligação da qual se esperam vantagens econômicas, apontava-se sempre de novo para o fato de que se deveria ‘preservar, na Igreja e na escola, o idioma alemão e o espírito alemão entre os nossos emigrados’; por isso também foram enviados professores.’

Na atualidade, nas diásporas, as instituições religiosas desempenham um papel importante entre os imigrantes, como forma de congregar compatriotas, sendo um espaço de acolhimento e preservação de línguas de herança. Segundo Spolsky (2006, p.32, tradução nossa), “para muitos imigrantes, a igreja, a mesquita ou a sinagoga se mantêm como o principal domínio que os ajuda a preservar suas línguas de origem.”<sup>4</sup>

De posse desses pressupostos, conduzimos essa pesquisa em uma comunidade religiosa situada em território paraguaio, no contexto de fronteira Brasil-Paraguai, conforme explicitaremos na seção a seguir.

<sup>4</sup> No original: “For many immigrants, the church, the mosque, or synagogue remains the principal domain helping to preserve their heritage language.”

## Percorso metodológico: Atravessando a fronteira

Nessa seção, inicialmente apresentaremos breves considerações sobre o Paraguai e suas línguas, considerando que esse território abriga o campo de estudo e, também, levando em conta que nesse país foi construída uma política linguística de Estado diferente daquela em que residem os pesquisadores. Na sequência, apresentaremos em detalhamento a metodologia do estudo.

O Paraguai, tal qual a maioria dos países do mundo, é um país multilíngue. Coexistem em seu território a língua trazida pelos colonizadores, a língua guarani majoritária, línguas de povos indígenas, línguas de diversas comunidades de imigrantes, a língua de sinais, bem como línguas que derivam de práticas linguísticas próprias da fluidez do contato entre elas.

No plano legal, por força da *Ley de Lenguas* no. 4251/2010, o Paraguai é um país bilíngue em castelhano e *guarani*. Trata-se do primeiro Estado latino-americano a atribuir o estatuto de oficialidade para uma língua de herança indígena – o guarani – ao lado de outra que representa as ações dos colonizadores e da elite econômica e cultural que se construiu no país (Albuquerque, 2010).

O reconhecimento do guarani primeiramente como língua de resistência nacional e, posteriormente também como língua oficial, remonta a histórias do povo paraguaio frente aos episódios de conflitos bélicos que se deram na região. Diferentemente do castelhano, o guarani se caracteriza como língua que representa as lutas e a identidade paraguaia. Conforme Meliá *et al* (1995, p. 5), “La mayoría de los paraguayos se sienten identificados con la lengua guaraní, raíz de su cultura y expresión de su ser nacional; es la lengua del pueblo paraguayo”.

Destacamos, ainda, o artigo 3º da *Ley de Lenguas* no. 4251, que explicita a especial atenção que deve ser conferida à língua, como símbolo cultural da nação: “[...] El idioma guaraní deberá ser objeto de especial atención por parte del Estado, como signo de la identidad cultural de la nación, instrumento de cohesión nacional y medio de comunicación de la mayoría de la población paraguaya.” (Paraguay, 2010).

Embora o guarani seja tido como um forte símbolo de pertencimento, verificam-se atitudes contraditórias frente à língua no país. Por ser língua majoritária, de origem indígena, e falada amplamente em meio rural, o guarani é ainda tido por alguns setores da sociedade, precisamente da elite, como língua de menor valor, ‘língua de índio’ (Albuquerque, 2010), o que desvela uma situação de diglossia, ou seja, quando não há equilíbrio quanto ao peso das línguas na sociedade. Fortes e Ramirez (2020) corroboram a afirmação: “Ambas línguas, reconhecidas pela primeira vez como línguas nacionais em 1967, caracterizam-se por uma relação construída ao longo dos anos de maneira diglósica [...]. (Fortes; Ramirez, 2020, p. 179).

Nesse cenário sociolinguístico particular, de bilinguismo oficial e bi/multilinguismo social, registra-se, também, aquela que alguns pesquisadores, a exemplo do finado linguista Bartolomeu Meliá, conferem o estatuto de ‘terceira língua paraguaia’: o *jopará*. Traduzido do guarani, o termo que significa ‘mescla ou mesclado’ e nomeia “[...] uma língua de entremeio, fruto do uso das línguas (guarani e castelhano) de forma dinâmica e simultânea sem fronteiras muito definidas, sem vislumbrar o uso de sistemas linguísticos autônomos” (Santos, 2020, p. 18).

Sobre a quantidade de línguas existentes no País, a Secretaria de Políticas Linguísticas do governo paraguaio, em notícia divulgada no ano de 2019, divulgou que o Paraguai contava com 19 línguas indígenas diferentes, das quais 06 línguas pertencem à família guarani de nativos, sem contar o guarani falado pela maioria da população (Paraguay, 2019). Segundo Jimenez (2019), o Paraguai conta ainda com as seguintes línguas de imigrantes: alemão, árabe, chinês mandarim, coreano, francês, hebreu, inglês, italiano, japonês, português, russo y taiwanês. É nesse contexto diverso em que procedemos ao nosso estudo.

Esse estudo se caracteriza como pesquisa qualitativa, para a qual procedemos à observação e ao levantamento de dados junto aos membros da igreja, por meio de questionário misto, para identificar e compreender o modo como esses sujeitos geriam as línguas nas atividades da comunidade religiosa.

A observação se caracterizou como participante, considerando que um dos pesquisadores esteve em contato direto com os sujeitos, fazendo parte dessa comunidade religiosa. Lüdke e André (1986, p. 25) explicam que “planejar a observação significa determinar com antecedência “o quê” e “o como” observar. A primeira tarefa, pois, no preparo das observações é a delimitação do objeto de estudo.”. Desse modo, nosso foco foi a observação da relação dos sujeitos da pesquisa com as línguas oficiais de ambos os países (Brasil e Paraguai), buscando identificar como gerem a presença dessas línguas em suas práticas, bem como os valores a elas atribuídos.

Quanto ao levantamento de dados em campo, a partir de Gil (2011, p. 55), procedemos “à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida [...] obter as conclusões correspondentes aos dados.”. Elaboramos, assim, um questionário em que solicitamos informações sobre identificação geral dos sujeitos e seu perfil linguístico, sobre suas práticas linguísticas e as de outros membros na igreja em diferentes atividades e, também, sobre suas percepções e avaliações dos usos de diferentes línguas na igreja.

No que se refere à amostra, contamos com 20 (vinte) membros da congregação, todos exercendo algum tipo de liderança ou alguma função de destaque. Delimitamos a investigação para esse grupo partindo do modelo de análise de gestão de línguas proposto por Spolsky (2009), ao afirmar que sujeitos que possuem ou clamam possuir autoridade em determinado domínio influenciam as práticas linguísticas e valores de outros sobre as línguas.

No que concerne ao teor das questões, tivemos como objetivo identificar o modo de gestão das línguas dos sujeitos em diversas áreas de atividades eclesiais, bem como sua percepção sobre o assunto. Esse direcionamento foi feito também a partir do modelo teórico-metodológico proposto por Spolsky (2009) que sugere como encaminhamento explorar as práticas linguísticas e valores atribuídos às línguas que são desenvolvidos no domínio da instituição religiosa, bem como investigar como as lideranças influenciam as práticas linguísticas dos membros da comunidade religiosa. Conforme argumenta:

Assim como em outros casos de gestão de línguas, os processos envolvidos podem ser explícitos, como normas sobre uso e escolha das línguas, ou podem ser implícitos na prática: uma prática de conduzir cultos em somente uma língua, por exemplo, evidencia uma política linguística. (Spolsky, 2009, p. 32, tradução nossa)<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> No original: “As with other kinds of language management, the processes involved may be stated explicitly as rules about language choice and use, or may be implicit in practice: a practice of conducting services in only ne language, for example, sets a firm policy line.”.

O instrumento foi aplicado junto a esses sujeitos, de modo a estar presente para solucionar possíveis dúvidas que pudessem ter sobre o teor das questões propostas. Importante ressaltar que a pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da universidade a que se filiam os pesquisadores e foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa: Políticas Linguísticas e Educacionais no oeste do Paraná.

## **“Há pessoas que não entendem nem castelhano, nem português e não compreendem o que passa no culto”: a gestão das línguas na igreja**

Ao iniciarmos os primeiros encaminhamentos para a realização desse estudo, pressupúnhamos que o fato de que a igreja estar situada no Paraguai, cuja política linguística explícita enfatiza a valorização do guarani, isso poderia ser fator determinante para as escolhas linguísticas dos membros da comunidade religiosa. Paralelamente, um dos pesquisadores convivendo com essa comunidade há mais de dez anos evidenciou, em vários momentos, a falta de incentivo por parte de alguns líderes da igreja em relação ao uso do guarani publicamente, o que, de certo modo, culminou na desmotivação para a aprendizagem da língua.

Na contramão da legislação linguística do país, também se perceberam alguns discursos entre os membros da comunidade defendendo a primazia de um único idioma de maior prestígio (o castelhano) e o desaparecimento do guarani em alguns anos. Tais elementos foram propulsores para a condução dessa pesquisa. Passaremos, portanto, à exposição dos dados.

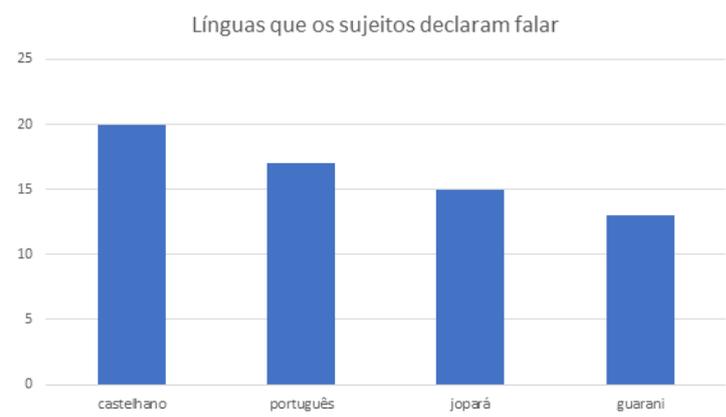
No que tange à forma de apresentação, expomos alguns dos resultados por meio de elementos gráficos, no sentido de fornecer uma visualização de respostas objetivas do questionário. Também, elaboramos quadros para explicitação de excertos de declarações dos sujeitos que nos foram fornecidas por meio de questões abertas constantes no instrumento e por meio de registros de campo.

Começaremos apresentando o perfil dos sujeitos. Conforme identificamos, a amostra é formada de 15 (quinze) paraguaios, 3 (três) brasileiros e 2 (dois) sujeitos que se declaram brasiguaios. Nesse último caso, trata-se de sujeitos filhos de brasileiros que possuem dupla cidadania. À vista desse perfil, pudemos verificar a heterogeneidade do perfil desse grupo que evidencia também as dinâmicas próprias da fronteira, como os contínuos entre línguas e questões identitárias que sobressaem nas atitudes dos falantes.

Nossa amostra consiste em sujeitos que ocupam cargos de liderança na instituição. Entre eles há 3(três) pastores, 1(um) missionário, 2(dois) evangelistas, 2(dois) presbíteros, 5(cinco) diáconos, 2(dois) cooperadores, 2(dois) músicos, 3(três) membros com funções especiais. Desses, em uma hierarquia análoga à uma escada de degraus, os pastores ocupam as posições/cargos mais altos e os demais têm responsabilidades inferiores dentro da estrutura organizacional da igreja. Considerando que a realização da pesquisa interfere na realidade, levando os participantes a pensarem sobre questões sobre as quais, provavelmente, não haviam refletido de modo sistemático anteriormente, a nossa intenção de acionar esses sujeitos também visou proporcionar a oportunidade para que eles compreendessem os efeitos de suas ações sobre as línguas.

No que concerne ao conhecimento que os membros possuem das línguas, compreendemos que esse é um fator que pode influenciar as escolhas linguísticas dos falantes nas atividades eclesiais, pois os sujeitos tendem a se expor publicamente em uma língua na qual se sentem mais confiantes para interagir em público. Ao questionarmos sobre seus repertórios linguísticos, precisamente sobre as línguas que usam na comunicação oral, obtivemos aos seguintes resultados: dos 20 (vinte) sujeitos, todos declararam falar castelhano, 17 (dezessete) deles afirmaram conseguir se comunicar em português e 15 (quinze) afirmaram se comunicar fluentemente em *jopará*. Quanto à língua guarani, 13 (treze) sujeitos, todos paraguaios, afirmaram conseguir compreender e falar um pouco a língua, mas declararam não falar o guarani ‘puro’, razão pela qual explicitaram o lugar do *jopará* nas suas práticas comunicativas. Sobre essa questão, Santos (2020, p. 13) pontua que “[...] desde sempre, há graus de interferências mútuas [entre as línguas], sendo o guarani ‘puro’ uma abstração.”

Figura 2 – Línguas declaradas pelos sujeitos



Fonte: Elaboração dos autores (dados de pesquisa)

Verificamos que a língua portuguesa é mais usada que o guarani ou mesmo que o *jopará* nas atividades que envolvem a comunicação oral na igreja. Destacamos, também, a posição de dois dos sujeitos que alegaram não considerar o *jopará* como uma língua, o que reflete algumas das teses sobre esse tema. Conforme Santos (2020, p. 18), “o *jopará* não é reconhecido como língua por alguns autores ainda que sua existência e emprego sejam inegáveis”.

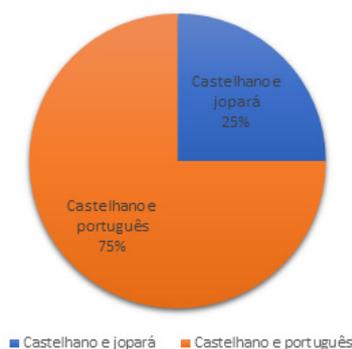
A partir desses dados, ao questioná-los sobre a predominância das línguas nas práticas da igreja, a maioria dos sujeitos situa os lugares do castelhano e da língua portuguesa em grande parte das atividades. Percebemos, com isso, um espaço minoritário para a língua guarani a perspectiva dos próprios sujeitos, ainda que essa seja uma das línguas oficiais do país e cujo valor de língua de resistência e de identidade nacional seja reiterado em múltiplos discursos. Os dados corroboram o argumento de Altenhofen (2013, p.94) de que “[...] pode haver línguas numericamente inferiorizadas (ou minorizadas), porém politicamente dominantes, também pode haver línguas com grande número de falantes, porém com status político secundário.”. Também, os achados nesse estudo sugerem que as representações e as relações de poder

entre as línguas, que Albuquerque (2010) havia identificado no contexto de sua pesquisa, parece ser um fenômeno recorrente:

As representações e os sentimentos que os brasileiros e os paraguaios constroem em relação às línguas portuguesa e guarani simbolizam relações de poder entre as nações. As línguas dos países dominantes geralmente exercem fascínio em amplos setores da população das nações subordinadas. (Albuquerque, 2020 p. 223).

Embora o guarani não ocupe lugar de prestígio nas atividades dos líderes dessa comunidade, conforme a percepção dos sujeitos, o *jopará*, essa língua de ‘entremeio’, parece sobressair em algumas atividades comunicativas. Conforme Santos (2020, p. 13), “Desde o período de colonização esse fenômeno ocorre e faz parte da cultura paraguaia.”. O pesquisador argumenta, ainda, que o *jopará* “[...] se mostra como sistema linguístico, empregado para fins comunicacionais”, o que pode explicar sua percepção em grande parte das atividades.

Figura 3 – Percepção dos sujeitos quanto às línguas predominantes na igreja

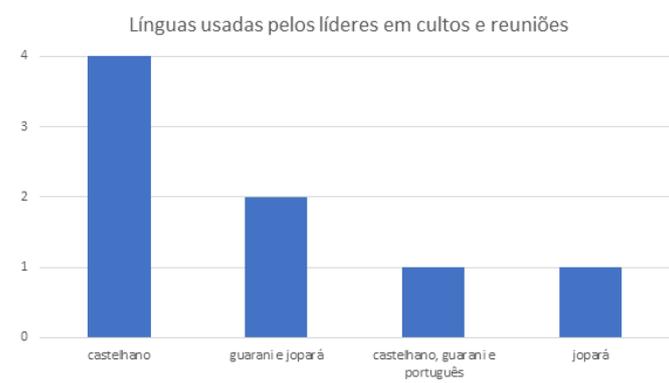


Fonte: Elaboração dos autores (dados de pesquisa)

A relevância dessas amostras consiste em explicitar a presença das línguas nas atividades da igreja, bem como a relação entre elas. Identificamos que a maioria dos sujeitos reconhece quatro línguas em uso nesse domínio, ou seja, não somente as línguas oficiais de ambos os países, como também o *jopará*, prática linguística que deriva do contato espanhol e guarani no Paraguai.

No que se refere à condução de reuniões e cultos, somente 8 (oito) dentre os sujeitos desempenham essa função na estrutura organizacional da igreja: os pastores, evangelistas, missionários, presbíteros e diáconos. Assim, quando lhes perguntamos sobre as suas escolhas linguísticas para a função, obtivemos os seguintes resultados: 4 (quatro) deles optam pelo uso do castelhano, 2 (dois) afirmam usar o guarani e o *jopará*, 1 (um) deles declarou usar as três línguas oficiais e, por fim, 1 (um) deles usa o *jopará* somente.

Figura 4 – Línguas usadas por líderes em cultos e reuniões



Fonte: Elaboração dos autores (dados de pesquisa)

Verificamos a predominância do castelhano nessas atividades. Também, verificamos práticas linguísticas plurais e o uso do *jopará* nessas atividades. Nesse sentido, inferimos que, de fato, práticas essencialmente plurais caracterizam os usos desses sujeitos, nesse contexto multilíngue e de fronteira, visto que “[...] em contextos intensamente plurilíngues é quase impossível comunicar-se sem ser tocado pela experiência do plurilinguismo.” (Berger 2015, p. 82).

Por meio da observação em campo, foi possível compreender em mais detalhes algumas dessas escolhas. Um dos sujeitos afirmou ao pesquisador que quando há brasileiros presentes no culto, ele o realiza apenas em castelhano. Caso contrário, realiza em guarani e jopará. Outro sujeito, por sua vez, afirmou não considerar *jopará* como língua e, por isso, ao nomear as línguas que utiliza mencionou o castelhano, o guarani e afirmou se ‘esforçar’ para falar também em português. Os demais responderam que realizam as reuniões em castelhano porque é a língua que todos os participantes entendem.

Ainda no contexto das escolhas individuais, questionamos os sujeitos sobre as línguas em que realizam orações publicamente. Trata-se de uma atividade que compõe o funcionamento das práticas dessa comunidade religiosa e, por isso, buscamos compreender suas escolhas em relação a ela. Registramos que, entre os sujeitos, 18 (dezoito) indicaram escolher o castelhano e, quanto aos outros dois, um deles respondeu que opta pelo *jopará* e o outro, pelo guarani. Portanto, a língua preferida para realizar a atividade é, para a maioria, o castelhano.

Supúnhamos que os 3 (três) brasileiros, para esse tipo de atividade, talvez optassem por realizar as orações em português, devido ao fato de a igreja se situar em uma região de fronteira, em que a interação com os idiomas dos países vizinhos ocorre naturalmente em diversas atividades cotidianas. Ademais, como se trata de atividade que envolve um componente afetivo, pressupúnhamos que a língua materna dos sujeitos poderia cumprir essa função. No entanto, percebemos que há uma certa compreensão de que, em solo paraguaio, as línguas a serem usadas prioritariamente para esse fim são aquelas que se configuram como línguas da comunidade religiosa e línguas oficiais do país, posto que “A língua oficial do país está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais.” (Bourdieu, 2018, p. 32).

Nesse sentido, com vistas a aprofundarmos essa questão, buscamos compreender suas escolhas por meio de abordagem direta aos participantes, durante a observação em campo. Das diversas razões encontradas para justificar suas escolhas, obtivemos entre as declarações aquelas cujas justificativas foram: primeiramente, a possibilidade de compreensão da maioria dos participantes dessa comunidade na atividade, em segundo lugar, a identificação pessoal com a língua, e, também, a relação da língua com seu lugar social de língua oficial.

Quadro 1 – Excertos de declarações dos sujeitos / Razões para escolha do castelhano

Razões para a escolha do castelhano em orações em público	
Compreensão da maioria do público participante	“mais familiar em público”; “porque o povo entende mais”; “para que a maioria entenda”; “meio mais adequado de entender”; “é mais compreendida”; “é a que mais usa”; “é mais fácil para todos”; “todos entendem”
Identificação com a língua e facilidade de expressão	“idioma materno e se compreende melhor”; “me expresso melhor”; “porque sou paraguaia”; “melhor para me expressar”; “porque eu gosto”
Referência ao lugar social de <i>língua oficial</i>	“língua oficial e identificação cultural”; “língua oficial dos cultos”

Fonte: Elaboração dos autores (dados a pesquisa)

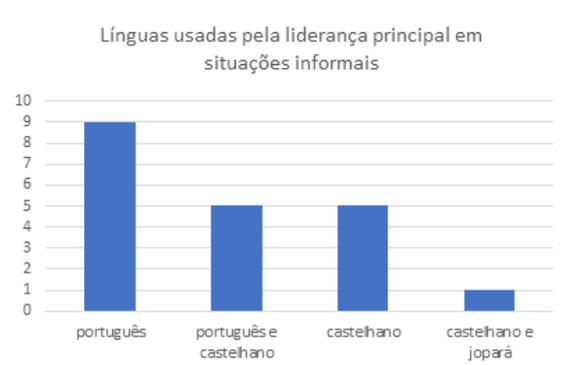
Destacamos do quadro o excerto em que um dos membros evoca a nacionalidade como elemento que constitui sua identidade linguística (“porque sou paraguaia”). Nesse sentido, cabem as palavras de Albuquerque (2010, p. 227): “Numa fronteira onde estão presentes três línguas nacionais, os nacionalismos linguísticos afloram e delimitam fronteiras entre ‘nós’ e ‘eles’”.

No que tange às práticas linguísticas, em conversas informais e em família na igreja, a maioria afirma usar o castelhano e o *jopará*. Mas, um dado importante foi a indicação dos sujeitos quanto à escolha ser orientada pela percepção de quem é o interlocutor na interação. Trata-se do que chamamos de *gestão linguística simples*, que se refere “ao modo como os falantes organizam sua competência linguística de acordo com certa noção de adequação sociolinguística e modelam suas práticas de linguagem.” (Lagares, 2018, P. 27). Ou seja, dependendo do contexto e daquele com quem se estabelece a interação, opta-se por uma língua ou outra, a partir do repertório linguístico disponível. Destacamos excerto da declaração de um dos sujeitos, que exemplifica essa afirmação: “depende com quem fala, a comunidade é heterogênea, a conversa é natural”.

Tendo exposto os dados quanto às escolhas dos sujeitos em relação aos usos das línguas, passamos agora a abordar suas percepções quanto à gestão das línguas empreendida pela liderança principal. Para esse tópico, solicitamos aos participantes que respondessem qual língua esse líder (pastor presidente)<sup>6</sup> usa para se comunicar, em situações informais, tendo em vista sua maior influência na comunidade.

<sup>6</sup> Esse sujeito não pôde fazer parte da amostra.

Figura 5 – Línguas usadas pelo líder principal em situações informais



Fonte: Elaboração dos autores (dados de pesquisa)

Conforme é possível visualizar no gráfico, as percepções dos sujeitos quanto às práticas linguísticas da liderança principal em situações informais sugerem que suas escolhas estão centradas nas duas línguas majoritárias de origem europeia: o castelhano e o português. Ao questionados sobre quais razões atribuem a essa forma de gestão linguística individual, frente à coletividade da comunidade religiosa, sobressaíram em suas explicações fatores como nacionalidade, segurança linguística, hábito e adequação quanto ao local onde se insere a congregação. Destacamos algumas das declarações a seguir:

#### Quadro 2 – Excertos de declarações dos sujeitos / Razões para as escolhas linguísticas do líder principal

Razões para uso das línguas pelo líder principal, na percepção dos sujeitos.	
Português	“Porque ele é brasileiro” “porque sente mais confiança” “porque ele sempre fala assim informalmente”
Castelhano	“Porque a igreja está no Paraguai” “Porque ele não fala guarani”
Castelhano e português alternadamente	“Porque são as línguas mais utilizadas pelos membros” “Acho que ele faz isto por costume”

Fonte: Elaboração dos autores (dados de pesquisa)

Chamou-nos a atenção a declaração de que o uso do castelhano pelo líder se dá em razão do mesmo não falar ‘guarani’. Ou seja, como esse sujeito parece não possuir, diante da perspectiva dos seus interlocutores, as competências linguísticas necessárias para se expressar nessa língua, ele o faz naquela em que se sente mais confortável e que se constitui como integrante da cultura linguística local do país e da fronteira. Isso aponta para certa consciência de que, nesse espaço, um outro mercado linguístico se configura e, nele, ambos o castelhano e o guarani, são as línguas em que as trocas são mais esperadas.

Verificando a tendência para privilegiar o castelhano e o português, passamos a observar a possível influência que essa liderança exerce sobre as práticas linguísticas dos demais membros da congregação. Essa indagação partiu do pressuposto apontado por Spolsky (2009) que a gestão pode ser configurar como um esforço observável de determinado agente influenciar as práticas linguísticas de outrem.

Inferimos, por meio das declarações dos sujeitos, que, embora para alguns, precisamente para os brasileiros que compõem a comunidade, a gestão das línguas adotada pelo líder principal na congregação não gere empecilho para a comunicação, salta aos olhos a declaração daqueles que expõem as dificuldades enfrentadas em algumas atividades, como a declaração aquela que expomos anteriormente. Vejamos algumas das declarações:

### Quadro 3 – Excertos de declarações dos sujeitos / Sobre práticas linguísticas na congregação

<b>Excertos de declarações dos sujeitos sobre as práticas linguísticas na congregação</b>
“Há muitos que não entendem português”
“[teve] uso simultâneo de castelhano e português, não houve compreensão”;
“Me preocupo com minha vó que não entende nada de português”;
“Muitas vezes não compreendo os brasileiros que vêm de visita porque falam fechado, isto complica um pouco”;
“Tive dificuldades em algumas atividades por não saber falar guarani ou jopará”;
“Todos deveriam procurar falar o castelhano”;
“Há pessoas que não entendem nem castelhano, nem português e não compreendem o que passa no culto”.

Fonte: Elaboração dos autores (dados de pesquisa)

Aqui, explicitamos a problemática que advém do descontentamento de um dos sujeitos da pesquisa, que afirma que duas línguas de colonização europeia (castelhano e português) são centrais nas práticas das lideranças da comunidade religiosa e, como efeito, percebe-se que alguns dos membros não compreendem atividades conduzidas nessas línguas. Destacamos a declaração que é título dessa seção: “Há pessoas que não entendem nem castelhano, nem português e não compreendem o que passa no culto”. Por essa razão, reiteramos a afirmação de Berger (2015), no que se refere à gestão de línguas:

A presença de uma ou mais línguas em dado espaço pode ser fruto de estratégias ou práticas de gestão. A ausência de uma língua em dado espaço, do mesmo modo, pode ser também o efeito de ações com vistas ao silenciamento, apagamento e/ou deslocamento dessas línguas, ou seja, a produção da inexistência, da invisibilidade nesse espaço. (Berger, 2015, p. 58, grifo nosso).

Dito de outro modo, constatam-se as relações de poder que se estabelecem entre os falantes das diferentes línguas. A ausência de determinada língua nas práticas cotidianas dessa congregação pode culminar na exclusão de alguns membros em algumas das práticas, bem como acentuar a representação do guarani como língua de menor valor social.

As declarações do Quadro 3 revelam que a congregação possui peculiaridades e demandas linguísticas diversas que evidenciam a necessidade de uma forma de gestão que possam melhorar a comunicação entre lideranças e membros. Embora, de modo geral, haja o pressuposto de que o uso de uma das línguas oficiais do país supra as necessidades comunicativas dos sujeitos, verificamos que alguns deles parecem estar alijados de algumas das atividades, sejam eles paraguaios (em sua maioria) ou poucos brasileiros que participam das atividades, como é o caso daquele que não conseguiu compreender por ‘não saber falar guarani ou jopará’.

Em face desses dados e considerando a realidade linguística plural em que a igreja se insere, devido à situação sociolinguística do país e da fronteira, solicitamos aos participantes que, de

maneira livre, expressassem posicionamentos quanto às práticas linguísticas na congregação e sobre o que sugeririam em relação a gestão das línguas na igreja, de modo a contribuir com a política linguística da instituição e com o multilinguismo local. Vejamos alguns relatos:

#### Quadro 4 – Excertos de declarações dos sujeitos / Aprendizagem das línguas

<b>Excertos de relatos dos sujeitos quanto à aprendizagem das línguas</b>
“Deveria incentivar o guarani para preservar a identidade do País”
“Se a igreja ensinar mais o castelhano e jopará, terá mais pessoas falando as línguas do País”.
“os filhos de brasiguaios precisam aprender esta língua para estarem mais preparados para ir à escola”.
“Quando um brasileiro vem ao Paraguai não quer ou não sabe falar o castelhano”

Fonte: Elaboração dos autores (dados de pesquisa)

Os dados apontam que há uma demanda para o incentivo à aprendizagem/aquisição das ‘línguas do país’, ou seja, não somente dos idiomas oficiais, como também do jopará, considerando que configuram a identidade paraguaia.

Além disso, as declarações sugerem que alguns dos sujeitos manifestam certo descontentamento em relação ao fato de que alguns dos brasileiros residentes no país não falem as línguas nacionais, fato que, a nosso ver, se configura como uma questão a ser considerada pela liderança, uma vez que a comunidade já apresenta níveis de incompreensão em atividades próprias da igreja, como as que explicitamos no quadro anterior. Nesse sentido, volvemos a Albuquerque (2000, p. 222) quando afirma que “muitos paraguaios comentam que os brasileiros não aprendem o guarani porque são bastante nacionalistas e buscam preservar a língua portuguesa”. Isso parece ficar explícito na declaração: “Quando um brasileiro vem ao Paraguai não quer ou não sabe falar o castelhano”.

Face ao exposto, salientamos as palavras de Sturza (2010, p. 222):

O reconhecimento do guarani como língua oficial e o seu destacado lugar como língua materna da grande maioria da população é um ingrediente fundamental na configuração das línguas da fronteira, sobretudo pela importância étnica e identitária que o guarani ocupa frente a outras línguas, as dos imigrantes e a do Estado.

Mediante a apresentação dos dados, retomamos a questão orientadora dessa pesquisa, a saber: Como se dá a gestão das línguas nessa igreja localizada no Paraguai, em contexto de fronteira, em suas diversas atividades?

Em busca de uma síntese, podemos afirmar que, embora não haja uma política linguística declarada na instituição, há políticas linguísticas praticadas (Socorro; Roca, 2015) no modo como os sujeitos gerem os usos das línguas nesse contexto multilíngue. De modo geral, os sujeitos adotam uma forma de gestão linguística simples (Lagares, 2018), em que acessam seus repertórios linguísticos plurais e se adaptam às situações e circunstâncias comunicativas para desempenharem suas atividades nesse espaço, levando em conta o perfil sociolinguístico da congregação.

Quando se trata de situações formais, no caso específico do líder principal, que está em uma posição de maior influência e ao mesmo tempo representa a instituição que está em solo paraguaio, esse sujeito parece usar sempre o castelhano segundo a perspectiva dos seus

interlocutores. Como encaminhamento futuro, caso seja possível, valer-nos-ia incorporar aos dados a perspectiva desse sujeito para compreender em profundidade a gestão por ele adotada.

Apesar dessas constatações, identificamos, também, as relações de poder entre línguas e falantes, próprias desse contexto de fronteira em que o guarani, língua majoritária e que possui *status* político de língua oficial no país, parece não compor as atividades principais da comunidade. E, nesse sentido, em analogia à Bourdieu (2008, p. 42), podemos afirmar que “Os locutores desprovidos de competência legítima se encontram de fato excluídos dos universos sociais onde ela é exigida, ou então, se vêem condenados ao silêncio.” Vale ressaltar que, ao trazermos essa citação, não estamos reiterando a legitimidade de uma única língua de origem europeia nesse contexto, mas de destacar os efeitos dos seus usos entre a comunidade que percebe uma de suas línguas apagadas nas práticas cotidianas.

## Considerações finais

Esse estudo teve como objetivo direcionar o olhar para o domínio de uma instituição religiosa para compreender o fenômeno da gestão de línguas e, para tanto, se baseou em pesquisas e fundamentos teórico-metodológicos do campo interdisciplinar das Políticas Linguísticas. O estudo configura-se como pesquisa inédita na região da fronteira Brasil-Paraguai, em que buscamos identificar e compreender como as lideranças da comunidade religiosa em questão gerem as línguas em circulação nesse espaço.

Considerando que a igreja se situa em um contexto de fronteira, obtivemos entre os dados menções a fenômenos que são próprios desse espaço de encontro de línguas e culturas, a saber: o natural intercâmbio linguístico e fluidez dos usos de elementos de diferentes línguas nas práticas cotidianas dos sujeitos, as tensões identitárias relacionadas às nacionalidades que são evocadas por meio dos usos das línguas, bem como as relações de poder que entre falantes de línguas majoritárias e *minorizadas*. Cabe, portanto a reflexão de Raffestin (1993, p. 190): “Toda mediação linguística é subentendida por uma relação extralinguística na qual circula o poder consubstancial a toda relação.”

Identificamos, também, certa insatisfação quanto a problemas de comunicação em atividades próprias dessa comunidade, bem como o desejo de que haja incentivo quanto ao uso das línguas nacionais por parte das lideranças.

Face ao exposto, como encaminhamentos futuros, sugerimos o desenvolvimento de mais pesquisas nesse domínio, abrangendo um maior número de sujeitos a fim de gerar um diagnóstico mais amplo que vise ampliar o impacto social na comunidade com vista ao incentivo à valorização das línguas locais e promover conhecimentos sobre o importante papel das demais línguas, no contexto da fronteira, como línguas de integração social na região.

## Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo, Annablume, 2010.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Bases para uma Política Linguísticas das línguas minoritárias no Brasil. In: NICHOLAIDES, Cristine et al. **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013.
- ALTMAN, Cristina. As línguas gerais sul-americanas e a empresa missionária: linguagem e representação nos séculos XVI e XVII. In: FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota. **Línguas gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003. p. 57-83
- BERGER, Isis Ribeiro. **Gestão do multi/plurilinguismo em escolas brasileiras na fronteira Brasil-Paraguai: um olhar a partir do Observatório da Educação na Fronteira** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Linguística. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. A produção e a reprodução da língua legítima. In: \_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CALVET. Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- DAY, Kelly Cristina Nascimento. Fronteiras linguísticas e fronteiras políticas: relações linguísticas e sócio-históricas na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 23, n. 47, 30 dez. 2013.
- DREHER, Martin N. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.
- FORTES, Laura; RAMIREZ, Liz Letícia Martinez. “Língua oficial materna”: uma análise do discurso político-educacional sobre o bilinguismo no Paraguai. In: BERGER, Isis Ribeiro; REDEL, Elisângela. **Políticas de gestão do multilinguismo: práticas e debates**. Campinas, Pontes Editores: 2020.
- JIMÉNEZ, Domingo Adolfo Aguilera. Las lenguas extranjeras o de inmigración habladas en Paraguay. Un estado de la cuestión. **Estudios Paraguayos** - Vol. XXXVII, N° 2 – Diciembre, 2019.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- LAGARES, Xoán Carlos. **Qual Política Linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.
- MELIÀ, Bartolomeu; FARRÉ, Luis; PÉREZ, Alfonso. **El guaraní a su alcance**. Un método para aprender la lengua guaraní del Paraguay. CEPAG – Centro de estudios paraguayos. Asunción, Paraguay, 1995.
- PARAGUAY. Ley de Lenguas n. 4251 de 2010. **Secretaría de Políticas Lingüísticas**. Disponível em: [https://www.spl.gov.py/es/application/files/6814/4724/2701/ley\\_de\\_lenguas.pdf](https://www.spl.gov.py/es/application/files/6814/4724/2701/ley_de_lenguas.pdf) >. Acesso em: 30 nov. 2023.
- PARAGUAY. **Secretaría de Políticas Lingüísticas**. ¿Cuántas lenguas indígenas hay en Paraguay? Publicado em 22 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.spl.gov.py/es/index.php/noticias/cuantas-lenguas-indigenas-hay-en-paraguay> > Acesso em 10 dez 2021.
- RAFFESTIN, Claude. Língua e poder. In: \_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Luciano Marcos dos. **A construção do ethos do jornal Diário Popular do Paraguai**. A imagem de si e do outro no discurso. O jopará em foco. São Carlos: Pedro & João editores, 2020, 97p.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. ROCA, María del Pilar. Introdução para uma compreensão ampliada de Política Linguística. In: \_\_\_\_\_. **Políticas Linguísticas: declaradas, praticadas e percebidas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

SPOLSKY, Bernard. **Language Management**. New York: Cambridge University Press, 2009.

STURZA, Eliana Rosa. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas lingüísticas nas fronteiras brasileiras. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 57, n. 2, p. 47-50, abr./jun. 2005. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252005000200021&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200021&lng=en&nrm=iso) >. Acesso em: 30 nov. 2023.